

Ata da 9ª Reunião

Data: 19 de dezembro de 2001

Local: Sala do Secretário Executivo do MCT – 4º Andar
Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
Brasília/DF

I. Presentes:

1. Membros do Comitê Gestor:

Carlos Américo Pacheco – Secretário Executivo do MCT – Coordenador do Comitê Gestor
Aldino Graef – Representante do MEC
Maria Helena Guimarães de Castro – Representante do MEC
Fernando de Nielander Ribeiro – Representante da Financiadora de Estudos e Projetos –
FINEP/MCT

2. Ausências justificadas:

Esper Cavalheiro – Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico – CNPq/MCT
Abílio Afonso Baeta Neves – Representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC
Ana Lúcia Almeida Gazzola – Representante da Comunidade Científica
Carlos Henrique de Brito Cruz – Representante da Comunidade Científica

3. Convidados e apoio:

Guilherme Brandão – CNPq/MCT
Maria Lúcia Horta de Almeida – FINEP/MCT
Celso Alves da Cruz – FINEP/MCT

II. Reunião:

1. A reunião foi aberta pelo Dr. Carlos Pacheco, Coordenador do Comitê Gestor, que colocou em discussão o texto do Edital 03/2001 CT-INFRA, preparado pela equipe da FINEP, referente à modalidade de ação Institucional, no qual foram incorporadas as questões discutidas na 8ª Reunião do Comitê Gestor. Os recursos aplicados no Edital serão de até R\$ 100 milhões. Entretanto, tendo em vista a previsão de desembolsos do CT-INFRA para 2002, apresentada pela FINEP, estimando desembolsos da ordem de R\$ 148 milhões, conforme quadro abaixo,

valor este superior ao orçamento proposto para o CT-INFRA em 2002, fixado em R\$ 126,4 milhões, decidiu-se estabelecer que os recursos do Edital deverão ser desembolsados em 3 parcelas, ficando a 1ª parcela limitada a 35% do valor global dos projetos.

CT-INFRA	
Previsão de Recursos para 2002	
<i>(Valores em R\$)</i>	
Ação	Desembolso
Edital 01/2001 (1)	76.231.126
Edital 02/2001- 2ª Etapa (2)	18.000.000
Edital 03/2001 (3)	50.000.000
Projeto Biblioteca Digital Brasileira	3.504.152
Total	147.735.278

OBS: Orçamento proposto pelo MCT para 2002: R\$ 126.414.101,00

(1) Inclui R\$ 15,3 milhões referentes à 1ª parcela de convênios Intra-SIAFI não liberada em 2001 e R\$ 60,9 milhões para pagamento de 2ª parcela prevista para 2002

(2) 60% do valor total (R\$ 30 milhões) liberado em 2002

(3) 50% do valor total (R\$100 milhões) liberado em 2002

Desta forma, a previsão de desembolso em 2002 relativa ao Edital 03/2001 fica reduzida para R\$ 35 milhões.

Além disso, há expectativa de suplementação orçamentária do CT-INFRA, decorrente da ampliação da arrecadação do Fundo Verde-Amarelo, em função da aprovação de quatro novos fundos: Saúde, Biotecnologia, Agronegócios e Aeronáutico.

Foi também aprovado que se incluísse entre os critérios de pré-qualificação das propostas a fidedignidade das informações sobre o número de pesquisadores doutores em atividade na instituição executora, considerando que esta informação é determinante do teto do valor do apoio a ser solicitado. O Edital (Anexo I) deverá ser lançado ainda em dezembro de 2001 e as datas limite para apresentação de propostas e divulgação de resultados foram fixadas em, respectivamente, 28 de março e 28 de maio de 2002.

2. Em seguida foram discutidas as conclusões da Comissão Técnica (Anexo II) constituída para apreciação do projeto da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), formulado pelo IBICT, bem como para discutir o estudo sobre automação das Bibliotecas Universitárias, desenvolvido pela Profa. Norma Helena P. de Almeida, Presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias – CBBU.

A Comissão Técnica, reunida em 09/11/2001, na FINEP-RJ, recomendou o apoio ao Projeto da BDB, devendo o IBICT, no entanto, readequar o projeto, incorporando as considerações expressas no parecer dessa Comissão, à qual deverá ser submetida a nova versão do projeto. O parecer da Comissão Técnica foi aprovado pelo Comitê Gestor, inclusive no que se refere à necessidade de se promover a automação das Bibliotecas Universitárias, de modo a viabilizar a plena efetivação da BDB. Neste sentido, conforme recomendado no parecer, “o IBICT deverá ser o responsável pela coordenação normativa e técnica, liderança e acompanhamento do projetos junto às Bibliotecas das IES, estabelecendo as bases políticas e operacionais da BDB”.

O Comitê Gestor propôs que se incluísse também em estudo a ser realizado sobre a automação das Bibliotecas Universitárias um levantamento do perfil de usuários, a demanda potencial no futuro, as políticas de usuário nas diversas instituições, além da necessidade de incorporar o custo de licença de *softwares* a serem utilizados.

3. O Dr. Carlos Pacheco chamou a atenção para a necessidade de se acionar o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE para a realização de estudos prospectivos que possam orientar, o mais rapidamente possível, o desenvolvimento de outros instrumentos de indução e novas estratégias de atuação para o Fundo. Celso Cruz esclareceu que houve reunião em dezembro na FINEP, com a participação da Dra. Marisa Cassim e da Dra. Vanessa Guimarães Pinto, para acertar a preparação de Termo de Referência para estudo sobre a situação da infraestrutura de pesquisa no País, abordando os Programas existentes na SESU, BNDES, FAPESP, etc, e programando uma série de visitas a Universidades e Institutos de Pesquisa, e entrevistas com pesquisadores, visando colher subsídios para a prospecção de novas ações. Foi enfatizada a necessidade de que o CGEE apresentasse Termo de Referência deste estudo, com bastante urgência, para apreciação dos membros do Comitê Gestor e decisão sobre sua contratação. Paralelamente, conforme negociado entre o Dr. Sérgio Salles, Superintendente da Área de Planejamento Operacional da FINEP, e o Dr. Evando Mirra, Diretor do CGEE, a FINEP preparou Termo de Referência para contratação de estudo sobre as propostas apresentadas ao Edital 01/2001 CT-INFRA, visando realizar a caracterização dos planos de desenvolvimento da infra-estrutura institucional de pesquisa e das instâncias responsáveis por sua elaboração, avaliar a consistência e coerência dos planos e identificar necessidades de treinamento e capacitação na formulação de novas propostas. Faz parte do contrato a execução do Programa de treinamento e capacitação durante a segunda quinzena de fevereiro e primeira quinzena de março de 2002, de modo a subsidiar a formulação de propostas ao Edital 03/2001 CT-INFRA.

ANEXO I

EDITAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA INSTITUCIONAL DE PESQUISA - 03/2001

O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT, por intermédio da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP como Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, responsável pela implementação do Fundo de Infra-estrutura criado pela Lei nº 10.197, de 14/02/2001, com base no Decreto Lei nº 719 de 31/07/1969, restabelecido pela Lei 8172 de 18/01/1991, estará acolhendo propostas para apoio financeiro a planos de desenvolvimento de infra-estrutura institucional de pesquisa, na forma e condições adiante estabelecidas.

1. OBJETIVO

O presente edital tem por objetivo financiar a execução de planos de desenvolvimento da infra-estrutura institucional de pesquisa, elaborados pelos órgãos de direção das instituições públicas de Ensino Superior e de Pesquisa, visando proporcionar condições para expansão e consolidação da pesquisa científica e tecnológica nessas instituições.

2. CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA

Cada instituição pública de ensino superior e de pesquisa ou Organização Social poderá participar como executora de apenas uma única proposta, que será encaminhada à FINEP em formulário próprio, apresentando o plano de desenvolvimento da infra-estrutura institucional de pesquisa.

O plano será apresentado pela Administração Superior da instituição, que o justificará à luz das prioridades e objetivos estratégicos da instituição, mencionando a importância, relevância e contribuição para o desenvolvimento da pesquisa.

O plano deverá ser elaborado a partir de um diagnóstico institucional que identifique suas vocações e competências, sua disponibilidade de recursos humanos e materiais, suas atividades de pós-graduação e pesquisa, o estágio atual do desenvolvimento da pesquisa e sua inserção no contexto de C&T, em consonância com os desafios da sociedade brasileira.

Com base nesse diagnóstico, a instituição deverá formular um planejamento de médio e longo prazos, que aponte a direção que se quer tomar em atividades de C&T e os resultados a serem alcançados em cada área priorizada. A partir deste planejamento serão definidas as metas de implantação da infra-estrutura física de pesquisa.

A proposta deverá ter seu orçamento discriminado para cada uma das grandes ações ou áreas que forem priorizadas no plano da instituição.

O plano de desenvolvimento da infra-estrutura institucional de pesquisa deverá ser formalmente aprovado pelo Órgão Colegiado Superior da instituição executora.

As propostas apresentadas pelos Institutos de Pesquisa vinculados ao MCT deverão ser encaminhadas com a aprovação do Secretário de Coordenação de Unidades de Pesquisa desse Ministério.

No caso de instituições que possuem mais de uma unidade, situadas em regiões diferentes, deverá ser apresentada proposta única, porém discriminando, claramente, em que unidades serão aplicados os recursos solicitados.

Quanto ao apoio aos Hospitais Universitários, as demandas de infra-estrutura de pesquisa para estas unidades deverão ser incorporadas às propostas das Universidades às quais estejam vinculadas. Os hospitais públicos que desenvolvam pesquisa e que tenham natureza jurídica própria,

autônoma, embora vinculados academicamente à Universidade, poderão apresentar proposta em separado ao Edital.

3. ESCOPO

Apoio financeiro a projetos de instituições públicas de ensino superior e de pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e em todo o território nacional.

4. INSTITUIÇÕES ELEGÍVEIS

São candidatas ao financiamento:

- instituições públicas de ensino superior e pesquisa e instituições públicas de pesquisa, que poderão ser representadas por Fundações de Apoio, criadas para tal fim, ou por entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo, regimental ou estatutariamente, a pesquisa, o ensino ou o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico;
- instituições qualificadas como Organizações Sociais, cujas atividades sejam dirigidas à pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, de acordo com a Lei N.º 9.637, de 15 de maio de 1998, e que tenham firmado Contrato de Gestão com o Ministério da Ciência e Tecnologia ou com o Ministério da Educação.

5. PRAZOS DE EXECUÇÃO

No âmbito deste Edital serão financiados os primeiros 24 (vinte e quatro) meses de execução do plano de desenvolvimento da infra-estrutura institucional de pesquisa. Desta forma as propostas deverão explicitar, obrigatoriamente, as metas e resultados parciais a serem alcançados neste período, que será considerado como Prazo de Execução da proposta, embora os planos possam abranger períodos maiores.

Os recursos deverão ser desembolsados em três parcelas e o valor a ser liberado em 2002 não poderá ultrapassar 35% do total concedido para a execução do plano de desenvolvimento da infra-estrutura institucional de pesquisa.

6. ITENS FINANCIÁVEIS

Serão financiados itens como: equipamentos; material bibliográfico; instalações civis e reformas em geral; instalação, recuperação e manutenção de equipamentos; construção de novas instalações, desde que estritamente vinculadas à implementação do plano de desenvolvimento da infra-estrutura institucional de pesquisa, e despesas acessórias com importação de equipamentos.

Não serão admitidas contratação e complementação salarial de pessoal técnico e administrativo, bem como despesas gerais de manutenção tais como contas de luz, água, telefone, correio, xerox, etc.

7. VALORES LIMITE

O valor global de recursos a ser comprometido neste Edital é de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para um período de 24 meses, sendo que, conforme estabelecido na Lei Nº 10.197, de 14 de fevereiro de 2001, no mínimo 30% dos recursos deverão ser aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Com o objetivo de orientar a elaboração das propostas, de forma a compatibilizá-las ao porte das instituições proponentes, o valor solicitado deverá ter como referência o número total de pesquisadores doutores da instituição, de acordo com o seguinte procedimento:

- para as instituições com até 100 pesquisadores doutores o valor máximo a ser solicitado não poderá ultrapassar R\$ 1.000.000,00;

- para as instituições com mais de 100 pesquisadores doutores o valor máximo a ser solicitado deverá corresponder ao número de pesquisadores doutores multiplicado por R\$ 10.000,00, não podendo superar o limite de R\$ 10.000.000,00

Para o cálculo do número total de doutores, deverá ser considerado apenas 50% do número de pesquisadores doutores que trabalhem em tempo parcial na instituição (por exemplo, para uma instituição que tenha 150 pesquisadores doutores, sendo 90 em tempo integral e 60 em tempo parcial, o número total de doutores a ser considerado para aplicação dos valores de referência acima será 120, ou seja, 90 mais 30, correspondentes a 50% dos 60 pesquisadores doutores em tempo parcial).

8. CONTRAPARTIDA

As instituições proponente e/ou executora poderão aportar ao projeto, como contrapartida, recursos financeiros, bens ou serviços, desde que possam ser economicamente mensuráveis e demonstráveis.

A proposta deverá detalhar ainda todos os aportes de recursos disponíveis para a execução das atividades da instituição, ou pleiteados à FINEP ou a outros organismos nacionais ou internacionais, de caráter institucional ou destinados a projetos específicos, inclusive de outros Fundos Setoriais.

9. PROCEDIMENTOS PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO DE MÉRITO E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas serão pré-qualificadas e em seguida analisadas em processo competitivo, no qual será avaliado o mérito e realizada a seleção dos projetos a serem apoiados.

Pré-qualificação – Esta etapa é eliminatória e consistirá no exame formal da proposta segundo os critérios abaixo, cabendo à FINEP sua realização.

- envio da versão eletrônica e postagem da cópia impressa da proposta até a data limite estabelecida no item 13;
 - fidedignidade da informação sobre o número de pesquisadores doutores em atividade na instituição;
 - preenchimento completo do formulário – item 12;
 - elegibilidade das instituições proponente e executora da proposta – item 4;
- Obs.: No caso das Organizações Sociais deverá ser apresentada cópia autenticada dos Estatutos Sociais, devidamente registrados, na forma da Lei nº 9.637/98.
- atendimento dos prazos limite de execução da proposta - item 5.

Avaliação de Mérito – As propostas serão avaliadas por Comitê Assessor composto por especialistas nacionais e estrangeiros nas diversas áreas de conhecimento e em planejamento, administração e gestão de C&T, segundo os seguintes critérios:

- consistência e coerência internas do plano, visão institucional e natureza estratégica;
- mérito e relevância da proposta científica e tecnológica no contexto de C&T;
- importância do plano para o desenvolvimento regional/nacional;
- resultados e impactos esperados;
- qualificação e competência da(s) equipe(s) responsável(veis) pelas áreas priorizadas e pela coordenação da implantação do plano da instituição;
- articulação com organismos locais/regionais de fomento e pesquisa;
- viabilidade de realização das metas físicas no prazo de execução estabelecido na proposta;
- adequação do orçamento proposto à implementação das metas físicas;

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

As propostas selecionadas serão objeto de avaliação anual por meio, dentre outros instrumentos, de relatórios e visitas, de acordo com as metas e indicadores aprovados.

O acompanhamento técnico e financeiro será feito de acordo com o MATF/FNDCT, conforme as regras estabelecidas na IN 01/97, de 15/01/97, da Secretaria do Tesouro Nacional.

11. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DAS PROPOSTAS

Para a contratação das propostas selecionadas suas instituições proponentes deverão:

- 1) Comprovar perante a FINEP sua situação de regularidade, apresentando-lhe os documentos listados no Art. 3º da IN-STN, de 15.01.1997, a saber:
 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
 - Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
 - Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;
 - Certidão Negativa de Débito-CND, junto ao INSS;
- 2) Os órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta da União deverão ainda observar o que dispõe o Decreto nº 3.788, de 11.04.2001, apresentando à FINEP, além dos documentos acima relacionados, o Certificado de Regularidade Previdenciária- CRP.
- 3) Caso haja previsão estatutária para a contratação, deverá também ser apresentada cópia da autorização do órgão deliberativo.

12. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta deverá ser encaminhada à FINEP por via eletrônica até a data limite estabelecida no item 13 deste Edital, no formulário próprio, que estará disponível na página da FINEP na INTERNET (<http://www.finep.gov.br/>), a partir do dia **02/01/2002**, onde constarão as instruções para o encaminhamento do projeto.

Adicionalmente, é obrigatório o envio à FINEP de cópia impressa da proposta, acompanhada do respectivo disquete e carta de encaminhamento assinada pelos dirigentes das instituições participantes e pelo coordenador do projeto, para comprovação dos prazos e compromissos estabelecidos.

Esta documentação poderá ser entregue diretamente no protocolo da FINEP ou remetida pelo correio, o que deve ser feito mediante registro postal ou equivalente, com comprovante da postagem **até a data limite para apresentação de proposta estabelecido no item 13 deste Edital**, devendo constar no envelope a seguinte identificação:

Edital CT-INFRA/Institucional FINEP 03/2001 – (sigla proponente)/ (sigla executor)/ (sigla projeto)

Após o encerramento do prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela FINEP a todos os proponentes.

13. DATAS LIMITE

- Apresentação de Propostas até 28 de março de 2002
- Divulgação dos Resultados até 28 de maio de 2002

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados finais serão divulgados na home-page da FINEP (<http://www.finep.gov.br>) e através de carta. As decisões, em todas as fases, serão terminativas, não cabendo pedidos de reconsideração.

ANEXO II

MEMÓRIA DE REUNIÃO PROJETO DA BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA – IBICT

Data: 09/11/2001

Local: FINEP

Participantes:

Celso Alves da Cruz – FINEP

Clovis Ferreira – FINEP

Elenara Chaves E. de Almeida – CAPES

Lidia Alvarenga - UFMG

Maria Teresa Simpson – FINEP

Norma Helena P. de Almeida - Presidente da CBBU

Rosaly Favero – FAPESP

A reunião teve como objetivo discutir o projeto de implantação da BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA - BDB, formulado pelo IBICT, para apoio no âmbito do Fundo de Infra-estrutura -CTINFRA, bem como o estudo sobre automação das Bibliotecas Universitárias, desenvolvido pela Profª. Norma Almeida, Presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias - CBBU. O entendimento da Comissão foi de que o segundo (**Anexo 2**) é imprescindível para a viabilização do primeiro.

A Profª. Rosaly Favero Krzyzanowski elaborou um parecer detalhado (**Anexo 1**) sobre o projeto da BDB, tendo sido apreciado e acatado pelos demais participantes da reunião, que recomendam, em princípio, o apoio à proposta.

Foi entretanto destacado que, no estágio atual de automação em que se encontra a maioria das Bibliotecas Universitárias, não será possível alimentar adequadamente a BDB, havendo necessidade de se investir em equipamentos, capacitação de pessoal e procedimentos padronizados. Neste sentido será necessário implementar ações complementares do Fundo de Infra-estrutura, voltadas para a modernização, garantia de manutenção e capacitação de recursos humanos para as Bibliotecas Universitárias, com vistas a possibilitar a sua integração à BDB. Essa ação implica em gestões junto aos órgãos responsáveis pela política universitária brasileira visando-se a valorização das bibliotecas universitárias como *locus* básico imprescindível para a produção, comunicação e preservação de conhecimentos.

Além das observações contidas no parecer da Profa. Rosaly, foram apresentadas as seguintes recomendações para o projeto da BDB:

1. a integração das bibliotecas universitárias das IES é imprescindível para o funcionamento da BDB;
2. especificar a equipe responsável pela realização do projeto;
3. o IBICT deverá ser o responsável pela coordenação normativa e técnica, liderança e acompanhamento do projeto junto às bibliotecas das IES, estabelecendo as bases políticas e operacionais da BDB;

4. detalhar as ações voltadas para a capacitação de RH das bibliotecas universitárias e de outras instituições de ensino superior, tendo como base a totalidade do item 6 da proposta BDB, apresentada na versão de fevereiro/2001;
5. o IBICT deverá promover ações que proporcionem a capacitação da equipe que conduzirá o projeto, bem das instituições cooperantes;
6. propor a padronização de procedimentos técnicos e tecnológicos, incluindo os protocolos de busca e recuperação de informações, a partir de levantamento do que já existe nesta área nas entidades parceiras;
7. incorporar no escopo do projeto a definição das especificações mínimas de *software* e *hardware* necessárias para viabilizar a interface entre as Bibliotecas Universitárias e a BDB, assim como instrumentos de conversão e integração de arquivos já existentes buscando, assim, o máximo aproveitamento da infra-estrutura já existente. Tais especificações mínimas serão utilizadas na proposição das ações complementares voltadas, especialmente para aquelas que ainda não avançaram em seus processos de automação;
8. em relação aos “*open archives*”, aprofundar o tratamento a ser dado às questões da propriedade intelectual e dos critérios a serem adotados para garantir a qualidade dos trabalhos que deverão estar incluídos. Que o IBICT apresente um detalhamento dos aspectos referentes ao direito autoral, do que será disponibilizado, principalmente no que se refere a patentes e trabalhos inéditos de pesquisa; as teses somente deverão ser disponibilizadas com autorização do autor.
9. incluir metas referentes às estratégias de implantação;
10. especificar os instrumentos de avaliação qualitativa e quantitativa do projeto a serem utilizados e, nesta direção o IBICT conceberia um sistema de avaliação periódica, visando o levantamento de dificuldades e alcance das metas propostas pelas bibliotecas das IES.
11. dentre as parcerias da BDB devem estar não somente as bibliotecas universitárias como também de outras instituições de ensino superior e pesquisa;
12. promover workshops periódicos de avaliação e ajustes com as IES parceiras

Ficou acertado que o parecer sobre o projeto e as conclusões da reunião serão encaminhadas ao Comitê Gestor do CT-INFRA. Posteriormente será solicitado ao IBICT a adequação do projeto ao formulário de apresentação de propostas da FINEP, incorporando as recomendações acima. Esta nova versão deverá ser também submetida à apreciação dos consultores e representantes das agências que participaram da reunião.

ANEXO 1

Parecer referente ao Projeto Técnico da Biblioteca Digital

Brasileira em C&T "

I. Apresentação do Projeto

a) Publicação de trabalhos diretamente na Rede Internet

Trata-se de uma proposta que vem crescendo no meio científico internacional, com alguns resultados na área de Física. Esse movimento tem por argumentação a fuga do domínio do editor comercial. Segundo Recomendações da Unesco o indivíduo deve ter liberdade de acesso à informação, seja ela para estudos, pesquisas ou mesmo para seu enriquecimento cultural diário. Por outro lado, os trabalhos publicados em revistas de qualidade internacional, sejam elas de editores comerciais ou científicos, devem ter respaldo na avaliação pelos pares, que depuram e garantem a qualidade, tanto da revista como dos próprios artigos nela incluídos.

Este aspecto deve ser levado em consideração ao se pensar num "Open Archive" de pré-prints ou de artigos científicos. Isto significa que os mesmos critérios de qualidade exigidos para a publicação de artigos em revistas científicas, sejam em papel ou online, , devem ser considerados para a inclusão de artigos num Banco de Dados, tal como se propõe o IBICT.

Além disso, há que se considerar o projeto Scielo -Scientific Electronic Library OnLine, constituído de metodologia para publicação de revistas científicas brasileiras eletrônicas e de recursos tecnológicos para análise de impacto dos artigos e das revistas indexadas nesta Base.

Hoje a Scielo conta com 63 títulos em texto completo e "linkado" com bases de dados internacionais e catálogos em linha das universidades estaduais paulistas. Este recurso permite ao pesquisador sair de uma referência bibliográfica localizada nesse catálogo e entrar diretamente no texto completo da revista online publicada na Scielo.

Ainda, é importante destacar que este projeto (Scielo) é de acesso público e está abrindo caminho para a implantação similar em outros países como Chile, Cuba, Portugal e Espanha.

b) Biblioteca Digital Brasileira -BDB (Portal do IBICT)

Com base na tendência internacional a figura do Portal na Internet tem sido largamente utilizada para refinar e, ao mesmo tempo, reunir informações dentro dos diferentes segmentos do conhecimento humano. Nesta dimensão, todas as teorias presas às leis físicas do mundo material (movimento, espaço e tempo) perdem sua importância. Isto significa que qualquer ser humano de qualquer ponto do universo poderá se integrar à ~ e, através dos Portais, usufruir "virtualmente", todo o conhecimento gerado, armazenado e ali disponibilizado. Independente do local onde estiver armazenada (arquivada formalmente) a informação passa a estar acessível em todos os lugares e a qualquer tempo por meio do Portal, o que o torna um dos maiores meios de integração social na atualidade.

A proposta da BDB/IBICT abre os caminhos para essa dimensão, reunindo e transferindo informações armazenadas em organizações públicas e privadas de interesse da comunidade de C&T. .

O projeto, ora em análise, detalha as opções tecnológicas mais adequadas à implantação da BDB e às necessidades para se criar "infra-estrutura intelectual e tecnológica" (competências) para que isto ocorra com sucesso, sem prejuízos de recursos físicos e materiais e de RH.

Estes são os pontos cruciais do projeto: ter profissionais competentes, escolher software e hardware adequados às necessidades do projeto e proporcionar treinamento contínuo para formar novas competências com vistas à manutenção das atividades envolvidas em escala local (IBICT) e nacional (nas Instituições que através de convênios cooperativos irão alimentar as informações

na BOB). É imprescindível ter uma linha de treinamento à comunidade que se pretende atingir, para otimizar e maximizar a melhor utilização do Portal.

1. Justificativa

Bastante detalhada e elucidativa, sugere que os mecanismos ora existentes (Yahoo entre outros) e portais temáticos como o Prossiga não são suficientes e nem devidamente precisos para a localização de informações existentes na Internet, de interesse para C& T no país. Considera que a BOB seria a solução. A questão "conforto do pesquisador" na busca da informação, através de um único ponto na Internet, também é levantada como uma necessidade a ser resolvida pela BOB.

Justifica a responsabilidade do IBICT em buscar a implantação do Portal, em razão de sua "tradição em liderar atividades no sentido de inteirar, adaptar e criar mecanismos que otimizem o fluxo da informação para a comunidade brasileira de C&T."

Neste contexto, o Instituto se propõe a se reorganizar para dominar as Tecnologias da Informação -TI e dar continuidade a sua missão, com ferramentas disponíveis nessa nova era da informação, o que consideramos um desafio necessário e incontestável.

2. Objetivos

Claros e adaptados às exigências da missão do IBICT. 3. Ações

Bem delineadas e demonstrando preocupação: na utilização de recursos informacionais atuais e padronizados internacionalmente para a implantação da OBO, envolvendo não só o IBICT mas também Universidades e Institutos de Pesquisa em C&T; na capacitação (treinamento) de profissionais da área, como agentes multiplicadores junto à comunidade científica brasileira, para o uso das novas ferramentas.

Estas preocupações foram as mesmas que colocamos no final do item Ib e que nos permite entender que o projeto tem uma proposta séria e coerente com a visão atual de compartilhamento e contribuição para o desenvolvimento da pesquisa no país. -',

4. Estratégias de Implantação

Neste capítulo o projeto destaca questões tais como: 4.1 estabelecimento da arquitetura da BQB

4.2ação de integração das Instituições convenientes com o IBICT 4.2.1 articulações políticas

4.2.2 metodologia de trabalho

4.2.3 parcerias com a iniciativa privada

4.2.4 assistência técnica do IBICT às Instituições provedoras de informação 4.2.5 suporte financeiro

4.2.6 criação de competências profissionais

4.3definição das tecnologias de informação e comunicação a serem adquiridas; protocolos e padrões internacionais.

Estes pressupostos é que efetivarão a criação da BOB liderada pelo IBICT.

Cita, a seguir, as Instituições com vocação para integração proposta e ratifica a necessidade de apoio das agencias financiadoras para o sucesso da BOB.

Destaca duas questões preponderantes para bom andamento de um projeto desse vulto que são: a Questão da BDB e o acompanhamento das tendências internacionais relativas ao desenvolvimento das Tecnologias da Informação.

5. Detalhamento Técnico

Este capítulo entra no mérito da descrição de duas alternativas para a implantação da BOB.

Analisa ambas, mostrando as vantagens e desvantagens de cada uma e considera que o IBICT deveria se preparar para trabalhar com as duas alternativas: busca distribuída (armazenagem distribuída com metabuscadores) e base de metadados centralizada (atividades cooperativas para manutenção de uma única base centralizada).

Por fim, conclui sobre a configuração e funcionamento da BOB e os serviços a serem oferecidos.

Neste contexto, nada há a discutir referente ao acesso à informação, através de "apontamento" a catálogos em linha de Instituições brasileiras e estrangeiras, pois l depende de convênios e parcerias a serem efetivadas.

Por outro lado, a proposta de:

a)arquivo acadêmico de pré-prints eletrônicos b) edições de periódicos eletrônicos c) anais de congressos, além de d) textos completos de. teses, dissertações e outros trabalhos, que col:npõe a produção acadêmica/científica das IES,

deve ser muito bem analisada, principalmente, perante os aspectos de:

- a) propriedade intelectual versus "arquivo aberto" na Rede Internet; b) padronização de procedimentos técnicos e tecnológicos;
- b) levantamento dos procedimentos técnicos e tecnológicos existentes nas universidades e entidades parceiras;
- c) existência de equipes técnicas multidisciplinares do IBICT e das IES preparadas para concretizar a implantação e garantir a manutenção das ações pretendidas.

Considerações finais:

O Projeto esta fundamentado em grande parte em serviços já existentes no país, tal como Scielo, Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos, Prossiga, SITE; sistema integrado de Teses das IES brasileiras, Catálogos em linha das IES, entre outros. O Portal reuniria em um "site" (BOB) essas informações, até agora dispersas em diferentes sites, e integraria os esforços e recursos disponíveis através da liderança e coordenação do IBICT. Assim, acreditamos que o projeto é viável, desde que haja vontade política, apoio financeiro, e equipes capacitadas e disponíveis para se integrarem à execução dessas ações. Na realidade, com a redução de pessoal nos quadros das IES há que se pensar num diagnóstico da situação dos Sistemas de Bibliotecas das IES brasileiras, para atender o encargo que irão assumir, antes de se aprovar a implantação da BOB.

Por fim, em nenhum momento, foi explanado sobre os instrumentos de avaliação qualitativa e quantitativa da BOB, recurso imprescindível para verificar o sucesso do projeto e observar os diferentes segmentos da BOB que exigirão otimização.

ANEXO 2

1 JUSTIFICATIVA:

A modernização de bibliotecas e sistemas de informação tornou-se um dos grandes desafios da atualidade nos países em desenvolvimento, tendo por base o novo paradigma tecnológico, fortemente alicerçado na microeletrônica e na informação, transformando as organizações e os modos de relacionamento humano, em função das facilidades de acesso, custos, velocidade e da difusão de informação.

Nesse contexto, as Bibliotecas Universitárias (BUs), que são repositórias de informações em C&T e apóiam grande parte das atividades de produção do conhecimento no país, precisam de infra-estrutura de automação para garantir a geração e disponibilização de serviços e produtos informacionais adequados às demandas da comunidade, que cada vez mais pressiona por qualidade e respostas rápidas para as suas questões.

Um desses serviços é o Portal da CAPES com um razoável número de periódicos eletrônicos, acessíveis de forma democrática a toda e qualquer Instituições que tenham pós-graduação no país.

O IBICT por sua vez, com a criação da Biblioteca Digital Brasileira (BDB) vai fomentar e fornecer meios para que a comunidade brasileira de C&T possa publicar seus trabalhos, aumentando com isso sua visibilidade nacional e internacional, otimizando o fluxo da comunicação científica e reduzindo o ciclo de geração de novos conhecimentos.

No atual estágio de automação da maioria das BUs, não é possível aproveitar todas essas ferramentas que estão sendo disponibilizadas, bem como haverá grandes dificuldades de participar de programas como o da Biblioteca Digital Brasileira do IBICT, trabalhos cooperativos como o de catalogação, Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos e o serviço de comutação, além de outras oportunidades de trabalhos em redes.

As bibliotecas protagonizam um paradoxo; ao mesmo tempo em que cresce a comunidade usuária, aumenta o volume e complexidade dos serviços, obrigam-se a conviver com equipamentos ultrapassados e insuficientes, inexistência de suporte técnico, carência e capacitação de pessoal e sistemas de automação ultrapassados.

Para uma mudança neste cenário faz-se necessário um investimento na aquisição de software, hardware e capacitação de recursos humanos.

2 ESPECIFICAÇÕES

A aquisição de um sistema de automação que viabilize o trabalho das bibliotecas em rede deverá ter a preocupação com a compatibilização da linguagem, dos formatos e dos equipamentos para um diálogo global.

Assim consideramos imprescindíveis os seguintes requisitos :

Requisitos Gerais

- Interface amigável com características gráficas que incluem menus, botões e ícones coloridos para uso com dispositivos apontadores (i.e. "mouse") e multijanelas;
- Documentação em português com ajuda em linha sensível ao contexto;
- Compatibilidade com plataforma aberta e arquitetura cliente ("Windows") - servidor ("Unix");
- Flexibilidade de características através de parâmetros, linguagens internas ou API's para definição de bases, campos de busca, formatação de formulários e relatórios, importação e exportação de dados e desenvolvimento de novas funções;
- Que tenha uma assistência técnica satisfatória no que diz respeito a rapidez e eficiência no atendimento;
- Treinamento, assistência técnica e suporte em português através do representante no Brasil;
- Responsabilidade da conversão dos dados do sistema atual para o novo sistema a cargo da empresa fornecedora ou de seu representante legal no Brasil;
- Estruturação das bases bibliográficas com capacidade para até 1 milhão de itens;
- Recuperação de informações sem limite de número de campos de busca, via Internet, e possibilidade de exibição de resultados em formatos e ordenações diferentes;
- Geração de saídas impressas com possibilidades de referências com pontuação automática e emissão de índices; e
- Geração em linha de informações úteis à comunidade local e via Internet.

Requisitos Específicos

Os requisitos referentes à Biblioteca que atendam os seus vários setores funcionais são: aquisição, seleção, intercâmbio, registro, catalogação, referência, periódicos, circulação (empréstimo), conservação de material bibliográfico e administrativo (informações gerenciais).

Requisitos Obrigatórios

- Conversão dos dados do sistema atual para o novo sistema, com segurança.

- Catálogo em linha de acesso público (OPAC) ;
- Relatórios de estatísticas gerais e por seção;
- Controle de compras com verificação de desiderata (cotação, empenho, catalogação etc.); e
- Pedidos de aquisição em linha, possibilitando ao usuário o acompanhamento de seu pedido de compra do departamento.

Requisitos de Rede

- Plataforma amigável;
- Capacidade de elevação gradual de usuários;
- Capacidade de criação de sub-redes internas, já previstas por contrato; e
- Flexibilidade de inclusões de outros módulos que porventura não foram solicitados inicialmente na proposta.

Requisitos de Segurança

- a) Atualização de arquivos em tempo real;
- b) Backup automático total e/ou das atualizações feitas após o último Backup;
- c) Recuperação de dados após falhas (falta de energia, etc.), mantendo a integridade das bases de dados do banco;
- d) Definição de perfil de acesso dos usuários;
- e) Restrição quanto ao número de acessos simultâneos por grupos de usuários; e
- f) Controle de acesso (*firewall*).

Requisitos Específicos de Informação Bibliográfica

- Estruturação das bases bibliográficas com:
 - a) campos repetitivos com até 4Kb de informação textual, e possibilidades de campos de imagens;
 - b) registros de tamanho variável com até 8Kb;
 - c) possibilidade de armazenamentos de campos "*blob*"; e
 - d) capacidade de tratamento para até 1 milhão de títulos no catálogo do acervo.
- Recuperação de informações:
 - a) sem limite de número de campos de busca;
 - b) possibilidades de uso de operadores de truncagem a direita, a esquerda e no meio dos termos de busca;
 - c) possibilidade de uso de operadores de adjacências e proximidade;
 - d) possibilidade de uso de vários níveis de parênteses em expressões booleanas complexas;
 - e) busca seqüencial em cadeias de caracteres em campos textuais não invertidos (tipo editor de textos);

- f) aproveitamento de expressões para a composição de novas expressões de busca através de resultados parciais;
 - g) uso de tesouro nas expressões de busca;
 - h) compatibilidade com protocolo Z39.50 para acesso via Internet;
 - i) possibilidade de exibição de resultados em formatos diferentes;
 - j) possibilidade de exibição em formato definido pelo usuário;
 - k) possibilidade de diferentes ordenações de registros a serem exibidos;
 - l) possibilidade de geração de estatísticas de controle de sessão de buscas como tempo de sessão, número de referências exibidas, número de descritores e expressões de busca; e
 - m) possibilidade de uso de folheio ("browse") do tipo hipertexto entre registros.
- Importação/Exportação de Registros, de forma nativa ou através de rotinas externas, nos formatos de arquivos ASCII e ISO2709.
 - Uso e manutenção de dicionários e tabelas para crítica de dados.
 - Uso e manutenção de tesouros para crítica e recuperação de informações.
 - Geração de saídas impressas com possibilidades de:
 - a) formatação de produtos do tipo referências e índices alfabéticos (i.e. autor, assunto, etc);
 - b) formatação de registros de referências com pontuação automática entre campos; e
 - c) interfaces específicas para especialistas (i.e. linguagens de comandos, expressões de busca, etc) e para leigos (i.e. formulários de busca).

3 HISTÓRICO DA SITUAÇÃO ATUAL

Para atender a solicitação do Sr. Secretário Executivo do MCT e obter informações sobre automação de bibliotecas, enviamos um questionário para todas as bibliotecas de Universidades e Institutos de Pesquisas. O questionário foi composto de apenas 07 questões que abordavam os pontos principais a serem esclarecidos.

Devido a exigüidade do tempo e a greve nas IFES, só conseguimos coletar respostas de 82 instituições.

Entre as bibliotecas que fizeram parte da pesquisa constatamos que há 22 softwares sendo utilizados, destaque para os softs da "família" CDS-ISIS, desenvolvido pela UNESCO e distribuído gratuitamente pelo IBICT. Como este soft foi desenvolvido para grandes máquinas, mas com a possibilidade de adequações as necessidades específicas de cada uma. A BIREME tem desenvolvido e vendidos pacotes a partir das necessidades surgidas, assim foi desenvolvido um pacote para micro (Micro-ISIS), um para windows (Winisis) e mais recentemente um para a web (Web-ISIS).

A BIREME vende o pacote e treina os funcionários da instituição para que estes possam fazer a customização de sua bases de dados e do lay-out de apresentação dos dados da forma que lhes convier.

Dos que utilizam o soft supra citado 42,2% não estão satisfeitos, uma das queixas é o fato de ter que desenvolver alguns programas para atender as suas próprias necessidades. Não contém o formato MARC de catalogação nem o protocolo Z39.50 ou similar, apresenta dificuldades na importação de dados e a falta de suporte da própria instituição estão entre as várias reclamações.

Os programas desenvolvidos "in house" estão em 13,4% das instituições pesquisadas, das que usam este tipo de soft 72,7% estão insatisfeitas. Nenhum deles tem o protocolo Z39.50, as reclamações são em sua grande maioria a falta de manutenção, a obsoleção do sistema, o desenvolvimento de apenas alguns módulos, ficando alguns serviços automatizados e outros manuais.

Em terceiro lugar na preferência dos que responderam o questionário está o Pergamum desenvolvido pelas PUCs do Paraná e do Rio de Janeiro. Pelo que se pode detectar esta é a melhor opção de soft nacional, 100% dos usuários estão satisfeitos. O software integra desde a licitação até o empréstimo automatizado com interface web, através da qual possibilita a consulta online e via Internet, incluindo textos digitalizados, a reserva, a renovação de empréstimo, o acesso remoto a textos eletrônicos, a importação e a exportação de dados de catalogação, controle de segurança e restrição de acesso, controle de circulação, emissão de etiquetas de códigos de barras, etc. O único ponto negativo é a falta do protocolo Z39.50 ou de um similar.

O Aleph é utilizado por 10.9% das bibliotecas que participaram da pesquisa. É da Ex-Libris, firma Israelita, tem todos os recursos necessários ao bom desenvolvimento de produtos e serviços, inclusive o protocolo Z39.50. Dos usuários, 100% estão satisfeitos, a dificuldade fica por conta do preço e de sua manutenção, proibitivo para a maioria das Instituições públicas.

Os softs Informa, Sagri, Thesaurus, e Virtua, ocupam 3,6% cada, da preferência das bibliotecas pesquisadas, os três primeiros são nacionais.

O Informa parece ser uma boa promessa, 100% das instituições estão satisfeitas, apesar de não especificarem quanto custa a manutenção, houve unanimidade na afirmação de que não é muito cara e pelas informações colhidas tem o protocolo Z39.50.

O Sagri gera insatisfação em 1/3 dos seus usuários, as principais reclamações são o padrão de classificação que não é o MARC e a falta do protocolo de comunicação.

O thesaurus não satisfaz a 2/3 de sua clientela, os principais motivos são o fato de não estar desenvolvido todos os módulos e a dificuldade de treinamento.

O Virtua é a versão atualizada do VTLS e é considerado muito bom, mas tem a mesma dificuldade do Aleph por conta do preço das licenças e da manutenção.

O Multiacervo, Ortodocs, Argonauta, Caribe e VTLS aparecem na lista, em 2,4% instituições cada.

O Multiacervo tem um aspecto negativo que é o fato de não automatizar o serviço de aquisição e apenas metade dos usuários se dizem satisfeito.

O Ortodocs é o soft usado pela Biblioteca Nacional. Dos respondentes apenas um está satisfeito, as razões declaradas são mais de dificuldades internas e que dizem respeito a contrato de manutenção, o que gerou uma série de comentários negativos; porém, ao que parece, a questão foi pelo menos minimizada.

A Universidade Federal Fluminense está utilizando o soft Argonauta, ela é uma instituição de porte considerável e se diz satisfeita com a performance do mesmo.

Segundo informações de um dos usuários, o Caribe foi desenvolvido usando o banco de dados Access e linguagem de programação visual basic. Dependendo do volume de informações acumuladas e/ou do número de usuários simultâneos o banco de dados fica instável podendo não garantir a integridade dos dados armazenados.

Os softs Bibliotech, Elisa, Horizon, Lotus Note, Micro-VTLS, SAB-2, SABIB 2000, Seibib-DOS e Sysbibli, foram citados cada um por apenas uma instituição e na maioria dos casos com poucos dados.

4 CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS

Abaixo colocamos tabela com dados sobre os softs e estágios de automação, vale salientar que na grande maioria dos casos o percentual de automação do acervo corresponde somente aos livros, tendo em vista que há uma tendência de priorização deste material porque com ele no banco de dados é possível viabilizar o empréstimo automatizado.

Procuramos detectar quais, dentre os principais serviços da biblioteca já se encontravam automatizados; há uma variedade muito grande de situações, apenas a Biblioteca da PUC-RGS dentre as que participaram da pesquisa encontra-se totalmente automatizada, outras como a PUC-Rio, embora já esteja com todos os serviços em pleno funcionamento ainda não está com 100% do acervo em máquina, isso é possível porque estudos comprovam que apenas 20% do acervo de uma biblioteca circulam constantemente, o restante só o faz esporadicamente; por esta razão a maioria das bibliotecas iniciam a automação pelo material mais demandado.

Gostaríamos de esclarecer alguns termos para que houvesse facilidade na compreensão do estágio de automação.

Seleção: serviço que é feito para checagem do que está sendo solicitado para compra. Verifica-se se o que está sendo pedido já existe na biblioteca, se é uma nova edição de um livro e caso já exista a obra, se o número de exemplares é suficiente.

Aquisição: processo feito por compra, doação ou permuta. Neste serviço estão incluídos além de toda a burocracia da licitação, o acompanhamento nas entregas, especialmente de periódicos e as reclamações por falhas nas entregas.

Periódicos: controle de periódicos que vai desde a chegada dos fascículos, suplementos, a saída para xerox e a encadernação.

Rede local: quando o catálogo de autor, título e assunto só pode ser acessado da rede local (intranet), quando colocamos apenas a palavra Internet é porque o catálogo pode ser acessado também por ela.

Empréstimo: quando todas as rotinas referentes ao empréstimo e devolução de material bibliográfico já estão sendo feito através do computador. Quando é feito apenas o empréstimo e não a devolução diz-se que o empréstimo é parcial.

Comut: serviço de vital importância para acesso a artigos de periódicos. Não depende do soft de automação das bibliotecas. Há um software específico desenvolvido por técnicos da British Library, que não é caro US\$ 1.200,00 dólares e que infelizmente poucas bibliotecas no Brasil contam com ele.

5 Conclusão

Alguns dos dados solicitados não nos foi possível coletar; estamos certos de que a nossa pressa em elaborar um questionário simples e pequeno para que as pessoas pudessem respondê-lo com a maior brevidade possível acabou comprometendo um pouco as respostas.

De alguma forma conseguimos dar uma visão do que está ocorrendo em termos de automação de Bibliotecas no Brasil. Pelo presente quadro dá para perceber quais as instituições que poderão de imediato colaborar no projeto de criação da Biblioteca Digital Brasileira (BDB) do IBICT.

No que diz respeito a mercado acreditamos que existe um promissor, uma vez que a insatisfação com os softs atuais é significativa e que em nossa pesquisa foram deixadas de fora as bibliotecas públicas, algumas especializadas, de museus e os arquivos.

Também não consta do documento o número de licenças e o custo do hardware necessário porque isto varia muito, tanto por conta da especificidade de cada soft como pelo tamanho de cada biblioteca e do número de usuários que atende e com certeza seria um dado mais difícil de ser coletado.

Com relação aos nomes de especialistas colocamos a seguir a relação de pessoas que nos últimos anos tem trabalhado e/ou pesquisado a respeito do assunto:

José de Carvalho Assumpção Neto – Analista de Sistema –UFSCar (dá suporte a UFSCar e colabora em alguns projetos da BIREME, conhece muito bem as dificuldades de automação de bibliotecas)

Jaime Leiros – Analista de Sistemas – UNB (professor da UNB e pesquisador de softs para bibliotecas)

Murilo Bastos Cunha – UNB (professor e ex-diretor da Biblioteca da UNB boa parte dos requisitos constantes deste documento foram definidos por uma comissão da qual ele fez parte)

Lígia Café – Bliotecária do IBICT (tem pesquisado sobre o assunto e dá assessoria a federal de Goiás nas questões pertinentes a automação)

Vanda Paranhos – UFPR (Profª aposentada da UFPR, mas continua prestando assessoria a referida Instituição, recentemente prestou consultoria a UFC, também sobre o assunto)

Finalizando gostaríamos de colocar a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias a disposição para quaisquer outros trabalhos e/ou esclarecimentos que se façam necessários sobre estes ou outros assuntos que digam respeito a bibliotecas e/ou informação para o ensino e a pesquisa.

Atenciosamente,

Norma Helena P. de Almeida

Presidente da CBBU